

MFN-0225

EUGENIO RAÚL ZAFFARONI

Ele passou a vida estudando crimes e castigos e garante: os códigos penais na América Latina não passam de uma grande hipocrisia. O desembargador argentino Eugenio Raúl Zaffaroni, 52, anos que presidiu nos últimos dois o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção ao Crime, na Costa Rica, simplesmente não acredita nos sistemas penais em vigor no continente. Acha-os falidos e propõe a redução imediata do número de penas e das leis que tratam do crime. Além disso, prega que criminosos de pequeno porte sejam postos na rua e desanca sobre os juízes, os políticos e as polícias. Essas idéias lhe valeram inimigos mortais entre os burocratas ligados à área de segurança pública, mas também conquistaram admiradores de peso. Zaffaroni alista entre seus fãs advogados brasileiros do porte do ex-presidente da OAB Márcio Thomaz Bastos, e do jurista Miguel Reale Júnior. Como eles comprovam, esse autor de dez livros, a maioria polêmica, de fala mansa e vocabulário afiado, vem encontrando ouvidos atentos em todo o continente. Nos dias 30 de setembro e 1.º de outubro de 1994, ele veio a São Paulo a convite do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, IBCCrim, palestrar para juízes e desembargadores, quando chamou de fantasiosas penas para crimes que considera sem solução, como o aborto, e destacou a desatenção dos sistemas penais com outros crimes que reputa muito mais graves, como as infrações no trânsito. Na sede do IBCCrim, fumando cigarro *light Capri*, Zaffaroni deu a seguinte entrevista ao Jornalista Fábio Sanchez, da Revista Veja.

— *Por que o senhor quer reduzir o número de leis que regulam os crimes?*

Zaffaroni — Eu não acredito no efeito dos códigos penais. Eles têm capacidade limitada e utilidade duvidosa. O poder político, quando tem problemas sociais graves que não consegue resolver, como o tráfico de entorpecentes, a miséria, a violência urbana, a Aids, faz o mais barato, que é criar um sonho de que isso vai ser resolvido por meio de uma lei penal. Infelizmente, a lei penal jamais resolveu nada.

— *Mas alguém ou alguma coisa tem que dizer o que é crime e o que não é?*

Zaffaroni — Sim, mas o poder punitivo é algo muito diferente do que o código penal fala. Não são os juízes que vão para a rua e determinam quem vai ser penalizado. O poder punitivo é exercido por meio das agências executivas. São as polícias que escolhem os infelizes que vão para a cadeia e essa escolha, no mundo inteiro, é limitada a um pequeno número de pessoas, que estão mais perto e são vulneráveis. São policiais pobres e mal pagos prendendo cidadãos pobres e mal pagos. Só excepcionalmente veremos um hóspede de luxo atrás das grades. Se pensar bem, todos nós cometemos rotineiramente infrações penais, mas só vai para cadeia quem pertence a um certo estereótipo. Isso é fruto dos preconceitos racistas e classistas da nossa cultura. Nós às vezes não vemos pela rua alguém que tem cara de prontuário, de quem vai para a cadeia cedo ou tarde? Pois é. Mas é um erro criminalizar

peessoas pela aparência. Corruptos, se-
qüestradores e terrorista bonitos fazem
coisas muito piores que assaltantes feios
e não vão presos.

— *Não é bem assim. No Brasil um presidente perdeu o mandato por causa da lei, e seu tesoureiro está sendo procurado pela polícia.*

Zaffaroni — A eficácia da lei nesse caso foi muito relativa. É como julgamento dos militares na Argentina. Foi bom que eles fossem julgados, mas ninguém vai deixar de cometer outro genocídio na Argentina por causa daquela punição que eles tiveram. Eles mereciam muito mais.

— *Mas na Itália, com a Operação Mãos Limpas, a lei funcionou. Mais de mil empresários e políticos foram para a cadeia.*

Zaffaroni — O que aconteceu na Itália foi um caso excepcional. Alguém poderoso se tornou vulnerável, vitimado pela luta pelo poder. A Itália tem mais de quarenta anos de corrupção, sempre com o mesmo partido no poder. Mas agora uma nova geração quis tomar conta. Acontece a ilusão de que uma elite foi enclausurada. Na verdade, ela só foi substituída por uma outra elite, que se tornou mais hegemônica na sociedade e na qual também há estelionatários. E agora é essa nova elite que está jogando a velha aos leões do código penal.

— *Quer dizer que não há solução?*

Zaffaroni — É preciso que haja uma redução imediata do código, para evitar pelo menos que se tente solucionar os problemas do mundo com as leis penais. Essas são soluções falsas. Por exemplo, esse discurso penalista ridículo que prega penas de 50 ou 60 anos de cadeia para certo tipo de crime, ou até mesmo a

pena de morte para que todos fiquem apavorados e não façam mais besteiras. Ora, a pena de morte é uma brincadeira dos políticos. Se ela for implantada no Brasil vai pegar uma, duas pessoas no máximo por ano. Mas quem faz política sabe que se propuser a pena de morte e disser que isso vai diminuir o número de assaltos, vai ter mais votos. Onde no mundo há um zoológico humano onde levamos um menino na mão e dizemos: olha, aquele velhinho que está comendo banana lá em cima da palmeira é quem matou o seu tio-bisavô na época do Washington Luís. Ora, isso é uma bobagem. Prisão perpétua e pena de morte só podem ser, repito, uma grande brincadeira de políticos.

— *Mas com essas penas o Estado isola os marginais e dá uma satisfação à sociedade.*

Zaffaroni — É um engano. Com esse tipo de pena o Estado dá uma ilusão, porque ele simplesmente tira a vítima do conflito. Quem cometeu o crime vai preso por vários anos e a vítima tem que se virar para reparar o erro que foi cometido. Isso é dar uma solução falsa para o conflito. Quando o criminoso volta à liberdade, a vítima pode já ter morrido e todo mundo já se esqueceu do que aconteceu.

— *O senhor é contra a pena privativa de liberdade?*

Zaffaroni — Acho que deve haver um limite para ela. Na prática ninguém fica na prisão mais de onze ou doze anos. Na frente de tudo há o código penal, que é severo e coisa e tal. Mas depois vem a lei de execução penal, que determina que um dia de trabalho vale três dias de prisão, que um dia de estudo vale dois dias de prisão e coisas do gênero, e aí vai reduzindo tudo. De cabeça só me lembro de uma pessoa que

está na cadeia há mais de onze anos, que é o Molina Tejero, aquele fascista folclórico que tentou dar um golpe no parlamento espanhol em 1981. De resto, são raríssimos os que chegam a vinte anos, pois o sistema penal não aguenta isso. Antes dos vinte anos há outra geração, outros juízes, todo o sistema penal fica inchado e não aguenta dar manutenção. O sistema penal brasileiro, por exemplo, tem 120 mil presos. Se analisarmos bem, no máximo uns 15.000 devem ser tarados ou psicopatas, seres em processo de deterioração avançada. Então deixemos só estes na cadeia e coloquemos os outros para produzir. O que mudaria na nossa rotina?

— *E o que deixaria uma vítima satisfeita?*

Zaffaroni — Acho que a solução efetiva para o conflito é fazer o homem trabalhar e passar o salário dele para a família da vítima. Até porque 90% dos que estão na cadeia, a grande maioria improdutivo, são ladrõezinhos, não são homicidas ou estupradores. Se alguém na rua quebra o vidro do meu carro, não adianta o Estado recolher o cara que fez isso com a promessa de um dia vai reintegrá-lo à sociedade, pois isso não vai resolver o meu problema. Eu vou querer ser ressarcido por comprar um vidro novo, ou pelo tempo que perdi indo até o seguro. Foi assim nos séculos doze e treze. Um germano quebrava a cabeça de outro e fugia correndo para a Igreja, para evitar vingança. Aí um germano mais velho batia na porta e dizia: eu tenho um parente com a cabeça rachada que ficou meio bobo e não pode mais trabalhar. Aí eles passavam alguns animais para o outro clã para compensar e evitar uma guerra, e a vida prosseguia. Eu acho que isso pode voltar a ser assim. Não digo que o código penal deva ser abolido imediatamente, mas deveríamos pensar numa maneira de fazê-lo aos poucos.

— *Onde estão os excessos?*

Zaffaroni — Quando escrevi uma coletânea de códigos penais latino-americanos verifiquei que há um número altíssimo de tipos penais. Geralmente mais de duzentos em cada país. Acho que esse número poderia ser reduzido a setenta. Vivemos hoje na América Latina um processo de desqualificação dos códigos penais, com a criação de leis especiais. Cada vez que surge uma nova lei sobre aluguéis, sobre zoneamento urbano, seja o que for, é incluído nessa lei três ou quatro tipos de pena. Isso é multiplicado infinitamente. Nem nós, que somos professores, entendemos todos os tipos de penas, porque há uma inflação penal incrível. Mas o pior vem depois, que é o descrédito da Justiça, já que ela é tão prolixa e não resolve “patavina”.

— *Onde o senhor passaria a faca?*

Zaffaroni — Eu tiraria de cara todos os problemas que podem ser resolvidos no âmbito da reparação e dos tratamentos terapêuticos, com soluções mais harmônicas.

— *Drogas, por exemplo?*

Zaffaroni — Drogas eu tiraria totalmente. O resultado da criminalização das drogas é arrasador. A toda hora se multiplicam os que são mortos em decorrência do tráfico. O que os Estados Unidos conseguem fazer com a DEA (Drug Enforcements Agency) é aumentar o valor da droga, e com isso privilegiar os que matam pelo tráfico. A cocaína tem um preço superartificial, inchado pela redução da sua oferta. Se a proibição cair, o preço despenca e o negócio também. É como aconteceu com o álcool nos anos vinte nos Estados Unidos. Proibiram o pessoal de beber e o resultado foi Máfia. Acho que todos os controles podem ser feitos, mas sem preconceitos e sem que isso resulte em assassinatos.

— *Então a lei promove o que deveria combater?*

Zaffaroni — Todo o sistema penal depende de quem o aplica. Nos Estados Unidos, por exemplo, há mais negros na cadeia que na África do Sul. Porque aquele é um país racista. Os governantes tentam controlar a sociedade como podem. Primeiro dizem que tudo o que é mau está atrás das grades, e que se houver um monte de cadeias todos podem passar a se sentir seguros andando pelas ruas, o que já é uma mentira. Depois dizem que, para aumentar essa segurança nas ruas, irão vigiar os próprios cidadãos, proibindo as pessoas de pisar na grama ali, de namorar acolá, e com isso vão mantendo um controle meio difuso sobre tudo e todos, para que nada deturpe a ideologia oficial.

— *O senhor está descrevendo uma situação típica das ditaduras. Hoje a situação já não é a mesma.*

Zaffaroni — Numa ditadura você não poderia publicar o que estou dizendo, isso é verdade. Mas o que acontece hoje é que a ideologia de segurança nacional das forças armadas está sendo transferida para as forças policiais, o que é muito problemático, porque as polícias têm uma capacidade de capilarização social muito maior. Elas chegam aos cantinhos dos bairros, onde os exércitos não chegavam, então podem manter um controle muito maior da sociedade do que mantinham os militares.

— *Mas não é o que se vê, por exemplo, no Rio de Janeiro. Lá, pelo contrário, estão pedindo a intervenção do Exército.*

Zaffaroni — Isso acontece por lá, sim. Acontece que a formação da realidade é diferente da época da ditadura. Hoje, por exemplo, os grandes noticiários da televisão mostram cadáveres e

os telespectadores ficam felizes porque sai sangue dos aparelhos de televisão. Isso não aconteceria antes porque numa ditadura o que vale é a aparência de ordem. O que eu digo com relação à transferência de ideologia dos exércitos para as polícias é que estas, para defender seus âmbitos de corrupção e seus salários, criam uma sensação de guerra, exatamente como acontecia quando a doutrina de segurança nacional inventava guerras entre o ocidente e o oriente. Só que hoje o suposto inimigo está dentro do país. A polícia mata os marginais, que são exibidos em programas de televisão como troféus de guerra, inimigos vencidos. Repare bem que a polícia nunca mata um marginal que não seja mostrado, a menos que tenha algum outro tipo de interesse obscuro. É algo muito parecido com a encenação que o Alberto Fujimori fez quando prendeu o Abimael Guzmán. Vestiu-o de listrado e mostrou-o numa gaiola. É um jogo de cena, como se ele dissesse: eu, um ditador, fiz o que o governo anterior não fez. É assim que as polícias encenam sua guerra. É só uma maneira de proteger seus redutos.

— *Que redutos são esses?*

Zaffaroni — As polícias, na maioria dos países latino-americanos, agem sem controle e no meio da corrupção. Se um policial ganha cem dólares por mês, ele não vai viver só disso. E o Estado sabe disso. Eu diria até que o Estado participa da exploração da prostituição em toda a América Latina, porque toda prostituta latino-americana paga comissões à polícia. É um absurdo. Os policiais teriam que ser bem pagos pelo Estado, e não pelas prostitutas. É aí em que corrupção se torna um problema sindical. A polícia estabelece vínculos com a atividade econômica marginal até por uma questão de sobrevivência.

— *Devemos ter medo das polícias?*

Zaffaroni — Essa situação toda seguramente leva a uma inversão de valores, e começa-se de fato a temer os policiais, o que causa um problema muito sério. Os países latino-americanos não percebem muito bem a revolução tecnológica pela qual o mundo está passando, e nós não vamos nos modernizar enquanto as instituições não adotarem um limite ético de respeito ao cidadão, sem essa diferença brutal que vivemos entre as classes. Não acredito que haja um cérebro maligno maquinando isso tudo, que um chefe de polícia pense consigo mesmo que está trabalhando para a classe dominante na luta contra o proletariado. Mas é inegável o fato de que a polícia é utilizada como um componente do jogo de poder que ajuda a manter esse sistema e que passa ao largo de tudo o que determinam as leis.

— *O judiciário colabora com isso?*

Zaffaroni — Em toda a América Latina, salvo o Brasil, predominam magistraturas empírico-primitivas, com nomeações políticas, que respondem ao jogo de poder. São magistraturas bonapartianas, verticalizadas como no modelo do Exército, com uma cúpula que governa e pronto.

— *E no Brasil?*

Zaffaroni — Aqui há o único modelo de judiciário latino-americano mais técnico e burocrático, com boas escolas de formação e concursos públicos. Apesar disso, internamente ainda não há a independência do juiz. Um juiz de primeiro grau tem que respeitar o que diz o Tribunal de Alçada, porque de outro jeito ele não será promovido. Isso é muito pernicioso, pois assim não vai se discutir a jurisprudência, não vai se inovar nem se debater nada. Até que um dia aquele pacato juiz de primeira instância chega à cúpula, mas aí já é tarde demais, já está muito domesticado.

— *Qual judiciário funciona bem?*

Zaffaroni — Acho que o modelo italiano é bom, com uma estrutura horizontalizada, em que cada juiz tem um voto nas decisões internas e não são nomeados por políticos. Lá, aliás, não há esse cinismo de juiz sem ideologia. Os juízes assumem sua simpatia por um ou outro partido, e são vigiados pelos próprios companheiros. Afinal, um cidadão sem ideologia é um oligofrênico, um débil mental. O que acontece entre nós latino-americanos é um excesso de escrúpulos nessa área. Os magistrados fazem questão de se dizerem imparciais e destituídos de ideologia. É uma bobagem.

ESTE EXEMPLAR PERTENCE A BIBLIOTECA
INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS